

SINDPD-DF filiado à
CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
e à FENADADOS

DF

DADOS

Impresso
Especial
9912154457/2006-DR.BSB
SINDPD-DF
CORREIOS



Março/Abril 2007
Número 90

Jornal do Sindicato dos Profissionais
em Processamento de Dados do DF



ATRASO NA CAMPANHA SALARIAL

Pressão do movimento sindical garante primeira reunião





Caro associado,

Começamos o ano com desrespeito nas empresas e descumprimento de acordos. O sindicato já entrou com ações judiciais e vai mostrar que o Acordo Coletivo de Trabalho é sagrado e não deve estar à mercê de interesses políticos de empresários. Acordo feito deve ser acordo cumprido.

Agora partimos para as negociações das campanhas salariais e começamos com a mesa da Dataprev e Serpro respectivamente. O calendário proposto pelas empresas não agradou a base e reiteramos a necessidade de mobilização e apoio dos trabalhadores para fortalecimento do movimento sindical e conquista de nossos direitos.

Estamos otimistas em avançar no debate que beneficie economicamente e socialmente o trabalhador. Não queremos apenas reajuste de salário, mas a manutenção e a ampliação de direitos conquistados. É com força e determinação que vamos entrar nessa campanha, com a certeza de conquistas para nossa base.

Confira no nosso jornal as matérias e entrevistas que trazem um balanço das ações do SINDPD-DF.

Abraços,
Cristiane Albuquerque



Investimento em educação

O início do ano foi o momento de investir em educação para os trabalhadores da base do SINDPD. A Escola de Formação de Trabalhadores em Informática (EFTI) realizou a qualificação de cerca de 600 alunos dos cursos livres como gerência de projetos, análise de ponto de função, análise de requisitos, MS Project, ITIL, 2274 da Microsoft, 2275 da Microsoft, 2276 da Microsoft, 2277 da Microsoft, 2278 da Microsoft, 2279 da Microsoft, Java, Carreira Linux, COBT, qualidade e melhoria de processo segundo o modelo CMMI, Furukawa: FCP Fundamental, Master e Data Cabling, Fibras Ópticas, preparatório para certificação PHP, e preparatório para certificação RUP.

“Percebemos com esses dados o aumento da procura devido à qualidade dos cursos e instrutores com certificações reconhecidas no mercado de TI”, avalia Marcelo Luiz de Barros, diretor de ensino da EFTI. Segundo Marcelo, a demanda também cresceu por parte das empresas que participam do convênio entre o SINDPD e o SINDESEI, que têm enviado um grande número de trabalhadores para a qualificação profissional.

SERVIÇO

EFTI : 3468-6006
www.efti.com.br

expediente

Sindpd-DF

SDS Ed. Venâncio V - Loja 04
Térreo - CEP: 70393-900 Brasília-DF
(61) 3225-8029
Fax: (61) 3226-4339
sindpd@sindpd-df.org.br
www.sindpd-df.org.br

Presidente

Cristiane Albuquerque

Secretário-Geral

Djalma Araújo Ferreira

Diretor Administrativo Financeiro

Marcelo Luiz de Barros

Diretor de Divulgação e Imprensa

Edson Simões Corrêa

Diretor de Informática e Assuntos Profissionais

Paulo Roberto

Diretor de Formação Político e Profissional

Luiz Roberto Vieira

Diretora de Relações Sindicais

Maria Eleusa

Diretora de Relações Sociais

Vitória Maria Diniz Carvalho

Diretor de Assuntos Jurídicos

Avel de Alencar

Diretora de Saúde e Condições de Trabalho

Maria do Socorro Aquino Benigno

Diretor de Estudos Socioeconômicos

Eudes Rodrigues da Silva

Conselho Fiscal

Marcus Antônio Alves

Rosilene de Paulo Santos

Marco Antônio Vieira

Carlos Roberto Magalhães



ED Comunicação LTDA

SIA Qd. 4 C - Lt 51 - Sala 211
Ed. SIA Center II (61) 3233-0463
Editora: Elizangela Dezincourt - 1222/PA
Assessora trainee: Karina Prezzi
Diagramação e Ilustração: João Carlos
Impressão: G3 Gráfica
Tiragem: 6 mil exemplares

POLITEC descumpre ACT

O SINDPD-DF entrou com ação contra cerca de 30 empresas de tecnologia da informação (TI) que estão descumprindo o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Avel de Alencar, diretor jurídico do SINDPD-DF, é o entrevistado do jornal **DF Dados** para falar sobre essa batalha judicial.



As empresas não estão repassando recursos para o sindicato?

Algumas empresas não estão cumprindo o ACT, entre elas a Politec. Há três anos fizemos acordo com o sindicato patronal (SINDESEI) visando uma parceria com o SINDPD-DF para favorecer a qualificação profissional dos trabalhadores das empresas que estão na nossa base sindical. Esse ano as empresas optaram por boicotar o pagamento.

Que medidas o SINDPD vai tomar?

O sindicato não tem como prática processar empresas, mas as atitudes deliberadas de descumprimento do ACT serão respondidas judicialmente de acordo com o que está previsto no acordo, que prevê pagamento de multa.

A diretoria do sindicato conhece os motivos dessa atitude?

A diretoria do sindicato desconhece os motivos e acredita que pode ser retaliação política pela forte atuação do SINDPD.

A Politec sempre jogou contra o sindicato?

A Politec sempre fez movimentos políticos para jogar os trabalhadores contra o sindicato como incentivando o não pagamento do desconto assistencial para enfraquecer financeiramente a entidade.

O que fazer para frear esse movimento da Politec?

O sindicato está atento às ações da empresa e vai cobrar e denunciar irregularidades aos órgãos competentes.

As empresas continuam utilizando os cursos?

As empresas continuam utilizando o benefício, encaminhando empregados e solicitando cursos, por isso mesmo não entendemos o porquê da suspensão dos pagamentos.

A EFTI pretende suspender algum curso?

A EFTI vai manter os cursos, pois está na convenção coletiva. Temos dezenas de empresas que mantêm a contribuição e entendemos que não podemos prejudicar essas empresas e mesmo os trabalhadores de nossa base. A paralisação de cursos seria um descumprimento do acordo e o sindicato está com a razão.

Quantos trabalhadores foram qualificados pela EFTI?

A EFTI qualificou cerca de 3.000 (três mil) trabalhadores em 2006, dentro desse projeto, além de outros alunos que pertencem à comunidade. Em quatro anos de funcionamento já são mais de 8.000 (oito mil) trabalhadores qualificados.

Com relação à Campanha Salarial, como será a atuação do SINDPD-DF?

Este ano vamos trabalhar para melhorar os benefícios que estão contidos no acordo como o plano de saúde e o ticket restaurante. Haverá mudanças na metodologia de cálculo do reajuste salarial, uma vez que é muito interessante a idéia do Governo Federal de vincular reajustes ao PIB e à inflação. O PIB nada mais é do que o trabalho de todos os cidadãos juntos, se nós contribuirmos para aumentar o PIB em 3 ou 4% é justo que o nosso salário seja reajustado de acordo com o PIB. Vai depender de algumas discussões com o DIEESE. É fundamental ser tratada nesta campanha salarial a contratação dos trabalhadores como pessoa jurídica, que significa que muitas empresas assinam a carteira profissional com um valor "X" e complementam o salário deles com um contrato de pessoa jurídica. Isso é totalmente ilegal. Houve uma polêmica criada com a emenda 3, do PFL e do PSDB, que despertou para esta discussão, e de certa forma irá instigar todos os sindicatos a verificar esta anomalia em suas categorias.

SINDPD-DF entrega pauta das particulares em maio



Cristiane: preocupação dos trabalhadores vai além do reajuste salarial

O sindicato está aguardando a agenda de negociação para marcar a primeira reunião e entregar a pauta de reivindicação das empresas particulares. Esse ano o sindicato resolveu inovar e fez campanha para os trabalhadores encaminharem suas reivindicações pela internet. No dia 30 de abril o sindicato encerrou o período para envio das propostas. “Tivemos importante participação dos trabalhadores. A pauta está pronta e estamos cobrando do SINDSEI o agendamento da primeira reunião”, explica Cristiane Albuquerque, presidente do SINDPD-DF.

As principais reivindicações dos trabalhadores são pelo reajuste salarial de 3,09% (ICV-Dieese), 3,07% do crescimento do PIB, aumento real de 5%, plano de saúde integral, e reajuste do auxílio refeição diferenciado. Nas cláusulas novas as solicitações foram pelo auxílio creche; cláusula contra a discriminação, assédio moral e sexual; participação nos lucros e parcelamento do pagamento do retorno das férias em quatro vezes. “Além do reajuste

salarial, a principal preocupação dos trabalhadores é com as cláusulas sociais e que garantam qualidade de vida”, explica Cristiane.

lhadores com quatro anos de serviço sem gozar férias. Como todo ano entrava uma empresa nova, o trabalhador permanecia trabalhando para não perder o emprego. Esse ano conseguimos que acontecesse uma licitação com um contrato de duração de cinco anos. Boa parte dos trabalhadores dessa empresa puderam tirar férias no início desse ano”, explica Cristiane.

Segundo Cristiane, em outros casos a empresa não tem saúde financeira e as denúncias dos trabalhadores têm permitido que o SINDPD consiga garantir judicialmente o pagamento dos direitos trabalhistas através de negociação com os gestores de contratos e o bloqueio de recebimentos da empresa com liminar ou com a intervenção do Ministério Público. “Dessa forma temos conseguido evitar que muitas empresas fechem, saiam de Brasília e dê calote nos trabalhadores. Por isso são importantes as denúncias e o alinhamento do trabalhador com o seu sindicato”, defende.

Nos últimos anos o apoio e a orientação do Ministério Público se converteram em ações vantajosas, de defesa e garantia dos direitos dos trabalhadores.

direito do trabalhador

SINDPD incentiva denúncias de trabalhadores

Nos últimos anos o SINDPD tem estimulado os trabalhadores a denunciar as empresas particulares e públicas. No site do sindicato há um espaço exclusivo para as denúncias, que são publicadas também no jornal **DF Dados**. Com esse eficiente canal de comunicação, o sindicato tem acompanhado de perto a saúde financeira das empresas e a situação dos trabalhadores.

O contato com as empresas nem sempre acontece de forma tranquila. A legislação brasileira também favorece o desrespeito com o trabalhador. O maior problema enfrentado pelos trabalhadores é a terceirização

nos órgãos públicos. “É comum licitações e contratos de um ano em que os trabalhadores são mandados embora a partir desse período. O sindicato consegue interceder em alguns casos, mas não temos formas legais de impedir”, explica Cristina Albuquerque, presidente do SINDPD.

Para mudar essa realidade o sindicato tem feito ações de esclarecimento junto aos gestores de contratos dos órgãos públicos. Dessa forma, muitas licitações estão sendo feitas com um período maior de contrato e também na tentativa de evitar que o trabalhador seja demitido ao final do contrato. “Em muitos órgãos públicos existiam traba-

Mesa de negociação
com a Dataprev

1ª rodada de negociação com Dataprev e Serpro surpreende

O Serpro aprovou 44 itens da pauta, já a Dataprev quer adiar a negociação

Nos dias 14 e 16 de maio foram realizadas as primeiras mesas de negociação da campanha salarial 2007/2008 com a Dataprev e o Serpro. A Dataprev propôs um calendário para emperrar a negociação. A pauta de reivindicação foi entregue no dia 30 de março e a empresa teve 43 dias antes da primeira mesa para discuti-la. A Fenadados pressionou e conseguiu garantir a segunda reunião para o dia 24 de maio, para discutir cláusulas sociais, (Leia no site do SINDPD-DF a ata das reuniões com as empresas e as

pautas de reivindicações).

“Os trabalhadores precisam participar ativamente desse processo de negociação. Somente com esse apoio vamos vencer as barreiras impostas pela empresa”, afirma Djalma Araújo, secretário-geral do SINDPD-DF.

Outra preocupação de Djalma é com o processo de mudança estrutural e organizacional que a Dataprev vem fazendo. “Estamos discutindo mais do que reajuste salarial. Esse é o momento para discutir o futuro da empresa e forçar a direção da estatal a dar explicações sobre as mudanças”, explicou Djalma.

Já a reunião com o Serpro foi surpreendente. A empresa concordou com a aprovação de 44 itens. “Houve um avanço muito grande em

relação à campanha passada. Nesta primeira mesa a empresa renovou 44 cláusulas e não se limitou à discussão do calendário. Enquanto a Dataprev priorizou a discussão do calendário, o Serpro resolveu negociar em cima da proposta”, afirma Djalma.

Segundo Djalma, o reajuste salarial será o principal ponto de discussão da campanha. “Os trabalhadores do Serpro também acreditam que é preciso aprimorar o serviço público com foco na melhoria da gestão dos processos e dos serviços oferecidos, além das condições de trabalho”, avalia.

Para o secretário-geral do SINDPD-DF, o governo Lula promoveu um grande avanço nos primeiros quatro anos do governo, já que os reajustes salariais praticados sempre foram acima do índice do ICV-Dieese. “Além do índice, estamos pedindo as perdas salariais que tem uma variação na referência de cada trabalhador que chega até 80% de perda”, explica.

Negociação
no Serpro

Reeleito presidente da Fenadados

A categoria reeleger Carlos Alberto Valadares (Gandola) para mais um mandato à frente da Fenadados. A eleição foi realizada durante o 16º Congresso Nacional dos Profissionais de Processamento de Dados (CNPPD), de 15 a 17 de abril em São Luiz (MA). A chapa 3 - Compromisso e Luta - encabeçada por Gandola, recebeu 95 votos. Três chapas disputavam à diretoria da Fenadados. Participaram da votação 152 delegados. “A eleição é realizada por chapa e de forma proporcional. A chapa que obteve a maioria dos votos escolherá os cargos que preencherá, seguindo-se na forma as chapas subsequentes”, explica Gandola.



Nova diretoria da Fenadados



Novos cursos na Fatep

A Faculdade de Tecnologia Paulo Freire está com as inscrições abertas para o vestibular em Tecnologia em Redes de Computadores e o MBA em TI aplicada à Gestão Empresarial, atendida com as necessidades e exigências do mercado. As inscrições começam dia 28 de maio e as aulas dia 1º de agosto.

O curso Superior de Tecnologia em Redes de Computadores tem duração de 2 anos e meio. Já o MBA em TI aplicada à Gestão Empresarial tem duração de 430 horas, na modalidade

presencial com aulas aos sábados. As novidades não param e para o segundo semestre estão previstos graduação e pós em Desenvolvimento de Jogos Digitais. O curso superior de Tecnologia em Desenvolvimento de Jogos Digitais foi aprovado pelo Ministério da Educação e a faculdade aguarda a publicação da portaria de autorização. “Esse curso é uma novidade em Brasília e a FATEP será pioneira” explica Ana Maria de Oliveira, diretora acadêmica da faculdade.

A Fatep também aguarda a autorização do curso Superior de Tecnologia em Software Livre. Os três cursos su-

periores de Tecnologia devem estar funcionando normalmente no 2º semestre de 2007.

O investimento no corpo docente também é uma das prioridades da faculdade, que tem contratado mestres e doutores com experiência acadêmica e no mercado de TI. “O objetivo é aliar o conhecimento acadêmico com as exigências do mercado para que o nosso aluno se torne um profissional muito mais qualificado e competitivo”, explica Marcelo Luiz de Barros, diretor de ensino da Escola de Formação de Trabalhadores em Informática (EFTI).

SERVIÇO

Fatep : 3468-6006
www.fatepdf.edu.br

Eleições no SINDPD-DF

O SINDPD-DF deu início ao processo eleitoral. Foram inscritas duas chapas – 1 e 2 – para concorrer às eleições que vão acontecer nos dias 13, 14 e 15 de agosto. O processo foi amplamente divulgado e começou no dia 14 de abril, conforme a convocação publicada nos jornais de Brasília e Tribuna do Brasil. “A publicação foi realizada no sábado que é o dia de maior tiragem, por isso atinge o maior número de leitores nesses jornais”, explica Djalma de Araújo, diretor do sindicato.

A direção do sindicato espera que esse ano sejam cumpridas as regras do estatuto da entidade. Segundo o diretor as eleições ainda não aconteceram devido à ação judicial movida pela oposição que tramitam nos tribunais e que desres-

peitaram o processo eleitoral, já que não houve a formação de chapas que atendessem às regras e estatutos do sindicato. De acordo com a assessoria jurídica do SINDPD-DF a ação que ocasionou a paralisação não foi retirada, mas o processo eleitoral pôde ser reaberto.

Mesmo com a convocação da eleição a ação continuará até o julgamento final do processo, pois o SINDPD-DF vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a liberdade de organização, a autonomia sindical e o respeito ao Estatuto. “Disputas eleitorais via justiça representam uma grande perda para os trabalhadores, já que abrem uma brecha para qualquer questionamento das decisões dos trabalhadores nas assembléias”, afirma Djalma.



Djalma: disputas que trazem perda ao trabalhador

Cobra

Empresa punida por burlar a Lei

A política de quarterização dos trabalhadores da Cobra começou a trazer prejuízo para a empresa. A Fenadados, com apoio do SINDPD-DF e outros sindicatos, e o Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) conseguiram vitória que obriga a Cobra Tecnologia e o Banco do Brasil (BB) a pagar os salários referentes aos 23 dias trabalhados na empresa de informática e, indiretamente, no banco estatal pelos 320 quarterizados do Centro de Tecnologia e Administração (CETEAD), que prestava serviço para a subsidiária de TI do BB. O acordo visa acabar com as contratações irregulares de trabalhadores. O compromisso foi firmado dia 8 de março em reunião na sede do MTE, em Brasília.

No início de 2007 os trabalhadores foram dispensados após a rescisão do contrato entre a Cobra e o CETEAD, sem receber os dias trabalhados. Os encargos rescisórios não foram pagos, já que o CETEAD não firmou as demissões. O aviso prévio e a multa rescisória serão pagos no ato da homologação das rescisões contratuais.

“Sempre lutamos para extinguir essa política adotada pela Cobra e outras empresas em contratar pessoa jurídica e quarterizar os serviços. Esperamos que com essa decisão outras empresas avaliem o risco de ferir a legislação trabalhista e previdenciária”, afirma Cristiane Albuquerque, presidente do SINDPD-DF.

A Cobra Tecnologia tem em torno de 300 funcionários contratados como Pessoa Jurídica (PJ), o que fere a legislação trabalhista em vigor. A Fenadados tentou junto à direção da Cobra regularizar esta situação, mas não obteve uma resposta favorável. A entidade sindical, então, entrou com uma representação junto ao Ministério do Trabalho, solicitando que o órgão faça a estatal cumprir a Lei.

Dataprev desrespeita trabalhadores

A Lei Federal nº 9.294/96 proíbe o fumo em ambientes públicos fechados, e a Dataprev tem intensificado sua participação nesta campanha de combate ao tabagismo. Só que a empresa não tem agido com respeito ao trabalhador e realizado as adequações necessárias para uso do “fumódromo”.

A Dataprev instituiu um “fumódromo” que desde a sua criação tem sido alvo de constantes reclamações e críticas. Uma delas é a localização. O local escolhido fica no hall de entrada, visível a todos que chegam à empresa. O que permite comentários jocosos sobre as pessoas que estão no referido espaço. Até comentários sobre quem trabalha menos estão sendo relacionados ao ato de acender um cigarro. Uma situação extremamente constrangedora”, explica Edson Simões, diretor de comunicação do SINDPD-DF.

No dia 19/03 os tabagistas foram surpreendidos com a informação de que o “fumódromo” passaria a funcionar no jardim da empresa sem nenhuma consideração por parte da URDF. O local é inapropriado. O SINDPD-DF convocou reunião com o DIRH e a gerência da



Edson: trabalhadores dizem não ao desrespeito

URDF e foi definido que o período que o trabalhador vai fumar na área externa não será descontado da carga horária; será realizada pesquisa de opinião com os empregados de Brasília para definir qual a área mais indicada para o novo “fumódromo”. O sindicato manifestou protesto e desagravo pela atitude negligente da empresa com os trabalhadores. “Vamos promover essa campanha de opinião e auxiliar a empresa na realização de campanha educativa sobre o tabagismo”, explica Edson.

Internet – Outro assunto debatido com o recursos humanos da Dataprev foi a normatização do uso da internet e da intranet na Previdência Social, que está condicionada a critérios de gerência, negando a democratização do acesso a web aos trabalhadores. “Na pauta de reivindicação da campanha salarial do período de 2007/2008, conforme cláusula 7ª e seus respectivos parágrafos, estamos apresentando uma proposta para Democratização da Informação, a qual foi amplamente discutida entre os delegados da Plenária de Campanha Salarial, e aprovada”, explica Edson. Segundo o diretor, o assunto será pauta de nova reunião com a empresa.

Contra a emenda 3

O SINDPD-DF engrossa o coro de protesto contra a emenda nº 3, aprovada pelo Congresso Nacional, que impede os fiscais de aplicarem multas contra empresas que contratam Pessoa Jurídica (PJ). A emenda determina que somente a Justiça do Trabalho pode estabelecer o vínculo empregatício, com fins de autuação da empresa.

Para a direção do SINDPD-DF a emenda precariza o trabalho nas empresas e aumenta o número de pessoas jurídicas em relação aos trabalhadores de carteira assinada. “Esse é o início da reforma trabalhista. Trabalhadores e sindicatos devem lutar pela manutenção de garantias que, aos poucos, começam a ser extintas”, explica Djalma Araújo, secretário-geral do sindicato.

Entre os direitos trabalhistas ameaçados estão o 13º, férias remuneradas, FGTS, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e a aposentadoria. Com essa emenda o trabalhador é forçado a se tornar pessoa jurídica (PJ) e a emitir nota fiscal, como se fosse uma empresa, perdendo os direitos garantidos.

O presidente Lula vetou a proposta. Pela decisão de Lula, esse golpe contra os trabalhadores não vai acontecer. “Há uma pressão muito grande dos empresários e por isso é importante a mobilização dos trabalhadores para evitar que os deputados e senadores derrubem o veto do presidente”, explica Djalma.

convênios

Acesse o site www.sindpd-df.org.br e conheça os convênios oferecidos pelo sindicato.